

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.455 - MG (2018/0332460-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : BRUNO RODRIGUES MAIA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. REITERAÇÃO DELITIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por **Bruno Rodrigues Maia** contra acórdão prolatado pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.102377-1/000.

Ocorre que o presente recurso perdeu o objeto.

Isso porque, em consulta ao portal eletrônico do Tribunal de origem na internet, tem-se que, nos autos n. 0024.18.100116-5, da 4ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, foi proferida sentença condenatória na data de 8/1/2019, ou seja, posteriormente ao recurso em *habeas corpus* aqui interposto.

Consoante reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a superveniência de sentença penal condenatória, por constituir novo título judicial a embasar a constrição cautelar do acusado, torna prejudicado o exame de *writ* que questiona decreto de prisão preventiva anterior (HC n. 365.344/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).

Afinal, [...] a prolação de sentença condenatória em que se reconheceu, ainda que em decisão sujeita a recurso, mas em cognição exauriente, a culpa do paciente, ocasião em que a adequação da medida cautelar imposta foi reexaminada à luz de um espectro fático-processual de

maior amplitude e profundidade. Assim, o estado de liberdade, atualmente, é alvo de ato jurisdicional superveniente, autônomo, de requisitos específicos e que desafia impugnação própria (STF: HC n. 138.238/PR, Ministro Edson Fachin, DJe 22/2/2017).

De qualquer maneira, o primitivo decreto de prisão não revelava nenhuma ilegalidade aparente, uma vez que baseado em fator real de cautelaridade, em razão da reiteração delitiva e das circunstâncias do crime praticado pelo recorrente.

Posto isso, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo** o recurso em *habeas corpus* **prejudicado**.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator